

No Porto e no país, Soluções para uma vida melhor!

Elementos de caracterização da situação política

No quadro da realização das Jornadas da CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto procede-se ao aprofundamento da análise da situação política local, apreciando com particular destaque os aspectos relacionados com os desenvolvimentos ocorridos ao níveis da Câmara, Assembleia Municipal e autarquias de freguesia e as consequências no Porto das opções do Governo PSD/CDS.

Mais do que debater “estilos” ou proclamações retóricas, impõe-se um balanço da prática política, tendo em conta as decisões tomadas e as suas consequências para a cidade e para os portuenses, na convicção de que a superação dos problemas da cidade é inseparável da ruptura com o rumo de declínio nacional e com a derrota desta política e deste governo e a construção da necessária e inadiável alternativa patriótica e de esquerda.

Deputados do PCP na Assembleia da República – uma intervenção destacada em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações do Porto

A evolução recente da cidade do Porto é marcada pela concretização do Pacto de Agressão subscrito pelas troikas nacional e estrangeira e pela tentativa de perpetuação de opções de retrocesso social que se tem vindo a traduzir numa redução significativa da sua população, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa destruição do seu tecido económico. Não apenas se mantiveram, como se agravaram, as fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

As políticas de direita seguidas nas últimas décadas, quer ao nível nacional, quer ao nível local, têm agravado as injustiças, tornado o Porto uma cidade mais pobre e desigual. São vários os indicadores que comprovam a triste realidade do agravamento da situação social e económica do Porto: 10% dos portuenses são beneficiários do Rendimento Social de Inserção; a elevada taxa de desemprego, agravada ainda mais para os jovens; o acentuado envelhecimento; a perda de população, que se estima ser na ordem dos 9 habitantes por dia!

O PCP, com 2 Deputados eleitos pelo distrito do Porto, tem sido um elemento destacado de defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações na Assembleia da República, tendo levado a cabo um intenso trabalho de contacto com os problemas concretos e as lutas.

No actual mandato, **os 2 Deputados do PCP eleitos pelo distrito realizaram o seguinte trabalho institucional no actual mandato:**

- **Apresentaram 146 perguntas ao Governo, 98 das quais com incidência directa no concelho do Porto**, de que são exemplos questões relacionadas com hospitais, Instituto

de Oncologia, serviços de saúde primários, empresas públicas de transportes, esquadras, desrespeito por direitos dos trabalhadores, equipamentos desportivos, estabelecimentos de ensino, entre outras.

- **Apresentaram 29 projectos-lei, envolvendo matérias como a reposição das freguesias extintas na cidade do Porto.**
- **Apresentaram 22 projectos de resolução, 12 dos quais com incidência directa no concelho do Porto,** a propósito de assuntos como o combate à pobreza e exclusão social, à precariedade laboral, a reabilitação do Centro Histórico do Porto e a privatização da STCP.
- **Realizaram um amplo conjunto de visitas, reuniões e Mandatos Abertos.**

CDU - Força portadora de um projecto alternativo nas autarquias

A CDU manteve-se como uma força política portadora de um projecto alternativo para a cidade do Porto, com um estilo de trabalho propositivo e de contacto permanente com as populações e forças sociais. No período decorrido de mandato, a CDU traduziu em propostas concretas os seus principais compromissos eleitorais:

- Deu prioridade ao investimento na freguesia de Campanhã e do Bonfim, apresentando propostas com vista à regeneração urbana na zona do Bairro S. João de Deus, do Bairro S. Vicente de Paulo, de Noeda, da Póvoa e à reabilitação e dinamização do Parque de S. Roque.
- Exigiu que se continuassem as obras de requalificação de bairros sociais que viram as obras suspensas em 2013 e defendeu a priorização da reabilitação dos bairros com coberturas em placas de fibrocimento, assim como a intervenção em vários bairros esquecidos, como o Bairro dos CTT e o Bairro do Leal.
- Cumpriu o seu compromisso de requerer a revogação do regulamento de gestão do parque habitacional do município e, face à quebra de compromisso das restantes forças políticas, apresentou mais de 40 propostas de alteração ao mesmo.
- Foi uma voz activa na elaboração da matriz para cálculo do acesso a habitações sociais municipais.
- Propôs a criação do cargo do Provedor do Inquilino Municipal.
- Fez uma ampla auscultação do movimento associativo popular, que envolveu mais de 200 associações e colectividades, culminando numa audição pública que envolveu 42 associações e na apresentação de um programa municipal de apoio ao movimento associativo com o valor de 600 mil euros.

- Avançou com propostas no âmbito da defesa dos serviços públicos, com destaque para a tentativa de privatização da STCP e da Metro do Porto, o encerramento de esquadras da PSP e a redução dos serviços de saúde primários no concelho.
- Apresentou várias propostas no âmbito da mobilidade, como por exemplo, ao nível da requalificação da Estrada da Circunvalação e da realização de obras para completar as ligações viárias à rotunda do Bessa.
- Defendeu a abertura de um novo concurso público para dinamização do antigo espaço da Biblioteca do Marquês, definindo critérios de utilização com fins culturais e educativos.
- Avançou com projectos de valorização da cidade, como a execução do Projecto da «cafetaria» de Siza Vieira nos Jardins da Rotunda da Boavista e a requalificação dos «caminhos do romântico» em Massarelos.
- Fez aprovar a adesão do município do Porto à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, bem como a subscrição do protocolo da ANMP relativo às vítimas de violência doméstica.
- Defendeu a re-municipalização de serviços privatizados, nomeadamente na área da limpeza da via pública, demonstrando os custos elevadíssimos e a deterioração da qualidade dos serviços das concessões em vigor, assim como a re-integração dos trabalhadores afectos às concessionárias nos serviços municipais.
- Apresentou propostas no sentido de requalificar espaços verdes e despoluir cursos de água, como são os casos do Rio Tinto e da Ribeira da Granja.
- Alertou para as condições de funcionamento do canil municipal e apresentou propostas para uma nova política de defesa dos animais.
- Avançou com propostas com vista à democratização do funcionamento dos órgãos políticos do município, ao nível da alteração do regimento da Câmara, da anulação das normas inconstitucionais e anti-democráticas sobre a propaganda política e de constituição de novos Conselhos Municipais.

Estas foram apenas algumas das **78 propostas apresentadas pela CDU** nas reuniões da Câmara Municipal, no período antes da ordem do dia desde o início deste mandato, abrangendo os mais diversos temas. Para uma melhor avaliação, é de referir que, excluindo votos de pesar, os três vereadores do PSD apresentaram 2 propostas e que os nove vereadores da maioria apresentaram apenas 5. Das propostas apresentadas pela CDU, **41 foram aprovadas integralmente e 4 aprovadas parcialmente.**

Desde a tomada de posse dos órgãos autárquicos, a CDU realizou **38 visitas públicas** envolvendo praticamente todas as freguesias do concelho, para além de diversas reuniões e audições com instituições, associações e estruturas representativas dos trabalhadores.

Manteve o funcionamento semanal do seu **Gabinete de Atendimento aberto à população às 3^{as} feiras de tarde, no qual recebeu 781 pessoas.**

Apresentou **164 requerimentos** escritos ao Presidente da Câmara e a Vereadores sobre problemas concretos que exigiam a atenção dos serviços municipais.

O Vereador da CDU foi a única voz crítica no Executivo Municipal a propósito de questões tão importantes, entre outras, como a urgência de intervenção em diversas zonas e equipamentos degradados da cidade; a defesa de serviços públicos, com destaque neste período para a defesa da extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã, dos SASU, de esquadras da PSP, dos transportes públicos e do funcionamento de agências da CGD; a necessidade de requalificação do Mercado do Bolhão com a garantia da manutenção da sua propriedade e gestão pública e salvaguardando os actuais comerciantes; a oposição à continuidade da operação imobiliária do Aleixo; a oposição à estratégia de reabilitação urbana da SRU, que não tem em conta os interesses dos pequenos senhorios, dos moradores e da cidade; o desacordo com a aceleração da delapidação do património municipal com a alienação de imóveis que podem ter um interesse estratégico para a cidade; a defesa das condições de trabalho dos trabalhadores municipais e o seu regresso às 35h de trabalho semanal e a aplicação do ACEEP assinado com o STAL/CGTP; a oposição ao projecto imobiliário para o bairro D. Leonor (blocos) que mais uma vez procura subtrair ao espaço público terrenos com valor paisagístico e que desta forma se destinarão a construções de luxo.

Durante a campanha eleitoral, a CDU afirmou que, independentemente do resultado das eleições, iria assumir cabalmente os mandatos que os portuenses lhe atribuíssem, compromisso que cumpriu e continuará a cumprir, sendo uma voz activa, construtiva, combativa e empenhada, como sempre foi seu timbre, em defesa dos interesses das populações.

Coligação Rui Moreira/CDS/PS - declarações de mudança com pouca tradução prática

Num quadro político e institucional marcado pela ausência de maiorias absolutas nos órgãos municipais e na generalidade das freguesias, no qual seriam muitas as possibilidades de convergências em torno de questões concretas tendo em vista a resolução dos problemas existentes, o PS optou por dar total cobertura à candidatura de Rui Moreira/CDS. Com esta atitude, o PS deixou, mais uma vez, “cair a máscara”, demonstrando como eram falsos e oportunistas os seus apelos a uma “coligação de esquerda” que, objectivamente, apenas serviam para camuflar o seu papel na implementação de políticas de direita – quer no Porto, quer no País.

Assistiu-se à inédita constituição de uma coligação pós eleitoral entre a lista vencedora (Rui Moreira/CDS) e o PS, sendo que este partido (que obteve o seu pior resultado de sempre no Porto), abdicou dos compromissos programáticos que tinha assumido com os seus eleitores, assumindo o papel de executante do programa de Rui Moreira e do CDS.

Desde o início do mandato que têm sido vários os indícios de divergências na coligação Rui Moreira/CDS/PS, cuja formação, desde a constituição das listas de Rui Moreira, sempre assentou numa frágil unidade suportada em interesses estranhos à cidade do Porto.

Neste balanço, importa recordar a forma como se processou a demissão de Daniel Bessa de Presidente da Assembleia Municipal do Porto (substituído por um representante do CDS), a diferença entre a hierarquização de vereadores e a sua posição na lista de Rui Moreira, o diferendo que resultou na não atribuição de responsabilidades executivas à Vereadora do PS Carla Miranda, as diferenças de posições assumidas a propósito do Mercado do Bolhão entre Rui Moreira e o Vereador do PS Correia Fernandes, o posicionamento da Vice-Presidente da Câmara Guilhermina Rego em relação à votação das Contas de Gerência de 2013, os diferendos na análise da política cultural seguida por Rui Rio, a divulgação de erros e ilegalidades em diversas práticas de Rui Rio e dos seus vereadores (alguns dos quais transitaram para a actual Câmara nas listas de Rui Moreira/CDS), como o foram os casos do processo do Aleixo e de contratação pública, a que se somam um conjunto de declarações públicas de eleitos e dirigentes das listas de Rui Moreira, CDS e PS.

A polémica em torno do mandato e das funções do Vereador Sampaio Pimentel traduziu a degradação do ambiente no interior da coligação Rui Moreira/CDS/PS que resulta de questiúnculas e guerras internas, reflecte a existência de sensibilidades políticas e projectos pessoais diferenciados, facto que não impediu nem impede a convergência em opções negativas para as populações.

Este diferendo, que envolveu directamente o CDS, tornou ainda mais claro que a “independência” das listas de Rui Moreira não passa de um mito que se pretende projectar, havendo, como se demonstra, dependência partidária do Presidente da Câmara.

Ao nível das decisões assumidas, verificaram-se um conjunto significativo de opções negativas. Em particular:

- **Os Orçamentos e Planos de Actividades para 2014 e 2015 mantiveram muitos dos aspectos negativos dos documentos provisionais de Rui Rio e da coligação PSD/CDS** - Os primeiros Orçamentos e Planos de Actividades alimentaram expectativas de alterações profundas das políticas e principais orientações municipais, que, no entanto, foram frustradas. Num contexto em que o orçamento municipal para 2013 apresentado por Rui Rio e pela coligação PSD/CDS era não só o mais baixo do mandato, como um dos mais baixos de sempre, os Orçamentos para 2014 e 2015 não só mantiveram prioridades da anterior maioria como mantêm a austeridade, conservam uma elevada carga fiscal sobre os portuenses e aceleram a delapidação do património municipal e limitam por inércia e/ou incompetência o investimento municipal em níveis escandalosamente baixos, conforme as Contas de Gerência de 2014 confirmam. O Estatuto do Direito de Oposição, que obriga a auscultação prévia dos partidos representados nos órgãos municipais mas que não assumem responsabilidades executivas, continuou a ser desrespeitado.
- **SRU – Memorando assinado entre a CMP e Governo** - Esta decisão foi apresentada de uma forma triunfalista, como o fim do diferendo entre o Governo e o Município do Porto e o início de um novo ciclo de actividade da SRU. A verdade é que os seus termos mais parecem os da nomeação de uma Comissão Liquidatária da Sociedade, na sequência do reconhecimento da incapacidade e da falta de eficácia deste instrumento criado em 2004.

- **Negócio do Bairro do Aleixo** - A demolição do bairro do Aleixo e a alienação dos seus terrenos para habitação de luxo foi um dos negócios mais polémicos da gestão da coligação PSD/CDS. A interrupção do negócio, tendo em conta a falta de liquidez do fundo e a falência de um dos seus subscritores, salvaguardando o interesse do Município e os direitos dos moradores e a construção de um bairro social de novo tipo no Aleixo seria o caminho mais adequado a prosseguir.

Apesar da confirmação por via da auditoria realizada de várias irregularidades e do fracasso de todos os objectivos alegados na fundamentação desta negociata, a coligação Rui Moreira/CDS/PS parece querer manter a opção política de Rui Rio e salvar esta operação imobiliária de natureza especulativa. Apesar de não serem conhecidos todos os pormenores desta opção, já foi confirmado o envolvimento do grupo Mota-Engil.

- **Negócio do Bairro Rainha D. Leonor** – Este é um dos bairros municipais mais degradados do concelho, vítima de um deliberado abandono para facilitar a sua entrega à especulação imobiliária, tendo em conta a sua localização numa das zonas mais caras do Porto. Este bairro mereceu uma intervenção pública e institucional da CDU por repetidas vezes. A coligação Rui Moreira/CDS/PS, com o Pelouro da Habitação sob a responsabilidade do PS, optou por realizar mais uma parceria público-privada, reduzindo substancialmente a dimensão do bairro e garantindo uma parte importante da sua área actual para construção de habitação de luxo.
- **Privatização do Pavilhão Rosa Mota** – A proposta de Rui Moreira representa «baralhar e dar de novo» a anterior tentativa de privatização encetada por Rui Rio e pela coligação PSD/CDS. O modelo de gestão é semelhante, um parceiro privado que assumirá a requalificação, o financiamento e a exploração, por um prazo de 20 anos, do Pavilhão Rosa Mota. A autarquia pode, por seu lado, se o entender, reivindicar 25% do capital da empresa que assuma a responsabilidade pelo processo, o que, a acontecer, faz com que seja, naturalmente, co-responsável por todas as operações, incluindo o financiamento proporcional do investimento, ficando de fora as despesas de exploração.

O valor de renda a pagar pela entidade à Porto Lazer que será de 10 mil euros mensais não é devidamente justificado. Ficam por esclarecer quais os critérios e cálculos que levaram à conclusão por este valor. Acresce ainda a dúvida sobre o que pode significar o facto da empresa municipal ficar responsável pela manutenção «extraordinária» do Pavilhão Rosa Mota.

Ainda em relação à proposta, salienta-se a possibilidade prevista de alteração do nome do Pavilhão, ou seja, pode passar a ser uma «Arena» qualquer, deixando de fazer referência a Rosa Mota. A CDU opõe-se a esta possibilidade e propõe que este ponto do caderno de encargos fosse eliminado.

A CDU manifestou ainda a sua oposição à existência de um contrato-programa com a Porto Lazer por 25 anos, que acaba por se transformar num «cheque em branco», ficando esta entidade como única responsável pelas decisões e acompanhamento do contrato de exploração, o que logo à partida põe em causa a devida fiscalização pelos vereadores da oposição e pela Assembleia Municipal.

- **Falta de investimento e de estratégia para consubstanciar a tão proclamada prioridade para o desenvolvimento da freguesia de Campanhã.**
- **Cumplicidade com o ataque a serviços públicos fundamentais e aos direitos das populações por parte do governo PSD/CDS** – No actual contexto, em que os sucessivos governos têm posto em causa as funções sociais do Estado, é fundamental que as autarquias assumam a defesa dos serviços públicos. Os exemplos do encerramento dos SASU e de esquadras demonstram bem a ausência de uma defesa cabal dos interesses da população da cidade por parte da coligação Rui Moreira/CDS/PS.
- **Concordância com a privatização da STCP e Metro do Porto** – A cumplicidade com o Governo no ataque aos serviços públicos atinge neste caso particular gravidade. Rui Moreira manteve-se muito tempo em silêncio apesar se ser conhecida a intenção do Governo de privatizar estas empresas há longo tempo. A defesa pública da municipalização da STCP, na perspectiva de sub-concessão a privados, não passou de uma manobra de distração, que não atenua, pelo contrário, a gravidade da decisão do Governo, comprometendo a coligação Rui Moreira/CDS/PS com esta ataque à cidade e à região.
- **Recusa em aplicar o ACEEP subscrito com o STAL/CGTP e o regime de 35h de trabalho semanal aos trabalhadores municipais.**
- **Recusa da re-municipalização das concessões a privados da recolha de lixo na cidade** – Tendo em conta que se colocará em breve a opção entre a repetição da actual solução ruínosa para o erário público e a re-municipalização dos serviços presentemente concessionados, seria necessário que a maioria Rui Moreira/CDS/PS invertesse o rumo seguido pela coligação PSD/CDS e tomasse as medidas que permitissem a retoma deste serviços pela autarquia. A CDU apresentou propostas neste sentido que foram rejeitadas.
- **Baixo investimento na requalificação de bairros municipais** - Apesar da manutenção de níveis baixos de investimento na requalificação dos bairros municipais, importa referir a adesão ao programa Reabilitar para Arrendar, que marcará o investimento público na requalificação dos bairros municipais neste mandato. Apesar das decisões até agora conhecidas deixarem de fora um conjunto de bairros, demonstraram, por outro lado, que a CDU tinha razão quando afirmava que a Câmara podia usar a sua margem de endividamento e aproveitar a capacidade financeira disponível para continuar o processo de requalificação da habitação social. Acrescentar que se mantêm no actual mandato opções negativas como a recusa da autarquia recuperar o interior das habitações, mesmo nos casos que as obras em causa resultam de problemas estruturais do edifício.
- **Privatização do estacionamento na via pública** – Esta foi uma intenção tentada no mandato anterior pela coligação PSD/CDS, que devido à luta de moradores e comerciantes e a questões técnicas levantadas durante o concurso público não se veio a concretizar. No entanto, a maioria Rui Moreira/CDS/PS recuperou esta perspectiva e lançou um concurso público neste sentido. Nos termos da tentativa de privatização em curso, está previsto o alargamento num mínimo de 42% dos lugares de estacionamento pago na via pública, mas sem limite máximo estabelecido, num quadro em que os

residentes nas ruas afectadas serão obrigados a pagar os valores mais altos praticados nos concelhos grande Porto para obter o seu cartão de residente.

De referir que a intervenção da CDU deu um contributo determinante para as seguintes matérias que verificaram uma evolução positiva:

- **Anulação de normas municipais inconstitucionais sobre a propaganda política** – Apesar de decisões da CNE e acórdãos do próprio Tribunal Constitucional, que declararam inconstitucionais aquelas normas municipais, a Câmara procedeu à retirada de propaganda eleitoral da CDU aquando das eleições para o Parlamento Europeu, desrespeitando uma vez mais a Constituição. Foi necessário, que uma vez mais, a CNE e o próprio Tribunal Constitucional se voltassem a pronunciar, censurando esta pratica anti-democrática. Na sequência desta situação, iniciou-se finalmente, um processo de elaboração de um novo regulamento que terminou com a anulação das normas anti-democráticas e inconstitucionais que vigoravam. Este desfecho resultou de uma luta de 10 anos travada pelo PCP e pela CDU, conjuntamente com muitos democratas, que nunca se resignaram com a imposição de práticas atentatórias da liberdade de propaganda política por parte da Câmara do Porto.
- **Revisão do Regimento do órgão Câmara Municipal** – Desta forma terminou-se com a prática ilegal de Rui Rio de impedir o agendamento por vereadores sem pelouro de pontos para as ordens de trabalho das reuniões, apesar de não ter sido eliminada a possibilidade de anulação do período antes da ordem do dia.
- **Fim do Circuito da Boavista** – A não repetição deste evento, pese embora invocando apenas os fundamentos de falta de apoios do Instituto de Turismo, representa o término de um evento que consumia verbas públicas muito elevadas oriundas do orçamento municipal e do orçamento do Estado, que tinha vindo a ser organizado sem transparência na prestação de contas. A CDU solicitou diversas vezes a disponibilização das contas do Circuito da Boavista, nunca tendo obtido qualquer resposta.

Ter ainda em conta que:

Ao nível da Cultura, é de referir que, apesar da crítica à falta de financiamento que persiste, a existência de um pelouro específico e de uma linha estratégica, por si só, constituem elementos geradores de expectativas depois de anos de total ausência de estratégia e niilismo cultural. Tem-se verificado, contudo, uma desvalorização dos equipamentos ligados à leitura pública e dos pequenos e médios espaços museológicos dependentes da autarquia, bem como da relação destes com as escolas. Por outro lado, mantém-se a carência de apoio a grupos e agentes culturais e artísticos independentes, em especial na área das artes do espectáculo. A visão da Cultura essencialmente como espectáculo e elemento de atracção turística justifica uma referência negativa.

Relativamente aos projectos sobre a requalificação/erradicação das Ilhas de habitação importa notar que o projecto para a «ilha» da Bela Vista tem sido divulgado como o exemplo de reabilitação a seguir nos demais casos de “ilhas”. No entanto, persistem dúvidas sobre este “modelo” e sobre a vontade e capacidade da coligação Rui Moreira/CDS/PS em levar a efeito um verdadeiro programa de intervenção nas “ilhas” de habitação espalhadas um pouco por toda a cidade. Foi divulgado um estudo realizado acerca das “ilhas” e dos seus moradores, com elementos de referência a considerar, mas ainda não foram assumidas medidas em concreto.

Sobre o Mercado do Bolhão, segundo foi tornado público, a autarquia pretende proceder a uma intervenção de fundo neste importante património histórico da cidade, garantindo financiamento para este efeito a partir do orçamento municipal, sem prejuízo de candidaturas a financiamentos comunitários. Nos termos referidos por Rui Moreira, o mercado manter-se-á sob propriedade e gestão pública municipal, preservará os seus traços arquitectónicos e terá como principal vocação a venda de frescos.

No entanto, questões como as condições para a manutenção dos actuais comerciantes, os critérios para a selecção de eventuais novos comerciantes, os prazos para início e conclusão da obra e a solução para albergar os actuais comerciantes neste período, traduzem aspectos importantes para a ponderação desta proposta que ficaram por esclarecer com rigor.

Recorde-se que a candidatura Rui Moreira/CDS propunha uma concessão a privados, que fariam o investimento e explorariam o mercado, onde 2/3 do espaço seria ocupado por restaurantes, bares e outras lojas, para além de incluir no espaço residências universitárias. “*O investimento na recuperação do Bolhão será suportado por privados e pelo programa comunitário JESSICA, após concurso público*” afirmava-se no programa eleitoral de Rui Moreira. Na prática, esta possibilidade corresponderia a um regresso ao modelo de financiamento de Rui Rio e da coligação municipal PSD/CDS, que representaria uma descaracterização do Mercado do Bolhão.

Na opinião da CDU, foi perdido demasiado tempo. A reabilitação do Mercado do Bolhão poderia e deveria ter sido já concretizada há muito tempo, com enormes vantagens para a cidade do Porto, não havendo motivos económico-financeiros que justifiquem tanto tempo perdido.

Tendo em conta a importância para a cidade do Porto da concretização de uma adequada reabilitação, o facto de existirem elementos relevantes que persistem ainda por determinar neste processo, a necessidade de se evitar repetições de opções como as que foram tomadas no Mercado do Bom Sucesso e as dúvidas que pairam sobre o funcionamento do Mercado do Bolhão após a requalificação, a CDU apresentará na Assembleia Municipal a proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento da requalificação e funcionamento futuro do Mercado, composta por todos os partidos representados neste órgão autárquico.

A vida está a dar razão àqueles que, como a CDU, defenderam com genuína convicção a salvaguarda deste importante património edificado, a sua requalificação e revitalização. A vida está a “reduzir a pó” e a derrotar as posições daqueles que, como Rui Rio, e Rui Moreira durante a campanha eleitoral, defendiam a privatização do Mercado do Bolhão.

“No Porto, o PSD não é oposição”

Como era previsível, mais do que partido da oposição, o PSD é um elemento de obstaculização casuística, agarrado a disputas pessoais e a intrigas, sem protagonizar propostas alternativas. Depois da derrota eleitoral da candidatura encabeçada por Luís Filipe Meneses e da deserção do ex-Presidente da Câmara de Gaia, assim como de outros primeiros candidatos aos órgãos municipais, o PSD, na Câmara do Porto, ficou reduzido a vereadores que agem como porta-vozes de manobras e de tentativas de “acerto de contas” entre dirigentes e autarcas das forças políticas que suportam as políticas de direita.

Apesar de alguns “tiros de pólvora seca” a propósito deste ou daquele assunto, o facto é que os seus vereadores têm dado os seus votos a várias das decisões mais negativas que foram tomadas por proposta da coligação Rui Moreira/CDS/PS, como o demonstram os exemplos de privatizações de serviços municipais.

A este propósito, chama-se ainda a atenção para as declarações reveladoras de Marco António Costa, aquando de um encontro com Rui Moreira no passado mês de Julho, em que este dirigente nacional do PSD afirmou que “O PSD não é oposição no Porto”.

Sobre as autarquias de freguesias

Os resultados eleitorais implicaram a eleição de cinco Presidentes de Junta apresentados pelas listas Rui Moreira/CDS (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ramalde e Bonfim), um do PS (Campanhã) e um do PSD (Paranhos).

Em todas estas autarquias de freguesia apenas se registou uma maioria absoluta (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), sendo que nas restantes se registaram maiorias relativas das forças vencedoras.

Nas Juntas de Freguesia ganhas com maioria relativa pelas listas de Rui Moreira/CDS verificou-se a repetição dos acordos feitos na Câmara Municipal do Porto, com a integração de eleitos do PS nos Executivos – situação que, curiosamente, não se verificou na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde a existência de uma maioria absoluta “dispensou” o acordo do PS para a constituição da Junta de Freguesia. Em Paranhos, a Junta de Freguesia é constituída exclusivamente por eleitos do PSD, situação viabilizada pelos eleitos do PS, tendo como contrapartida a eleição de membros deste partido para a totalidade da Mesa da Assembleia de Freguesia. Em Campanhã, a Junta de Freguesia é constituída exclusivamente por eleitos do PS, situação viabilizada pelos eleitos das listas Rui Moreira/CDS que, no entanto, não elegeram nenhum dos seus membros nem para o executivo nem para a Mesa da Assembleia de Freguesia.

Embora com situações diferenciadas de autarquia de freguesia para autarquia de freguesia, há alguns traços comuns que se podem caracterizar do seguinte modo:

- A inexperiência, associada a “amadorismo”, na gestão das Assembleias e Juntas de Freguesia, que se traduz, designadamente, em atropelos legais, na ineficiência no

funcionamento das Assembleias de Freguesia, na apresentação e retirada de propostas (“por não estarem em conformidade”), no incumprimento de prazos legais.

- A frequente divisão dos eleitos das listas Rui Moreira/CDS, registando-se, inúmeras vezes, votações de sentido contrário por parte dos mesmos.
- O apoio fundamental que, neste quadro, tem sido dispensado pelos eleitos do PS às Juntas presididas pelas listas Rui Moreira/CDS.
- A conivência dos Presidentes de Junta com a governação municipal, sem qualquer vontade nem capacidade para, na Assembleia Municipal (onde têm assento por inerência das suas funções), exporem e reivindicarem a resolução dos problemas das suas freguesias.
- A concordância, passiva, com transferências de competências irrelevantes da Câmara Municipal do Porto para as Juntas de Freguesia.
- A oposição hipócrita e envergonhada às orientações da Segurança Social (sob a dependência de um Ministro do CDS de um Governo PSD/CDS) de não renovarem, ao abrigo de uma lei aprovada pelo anterior Governo PS, os protocolos de financiamento das valências sociais (creches, infantários, Centros de Dia, apoio domiciliário) geridas pelas Juntas.
- A tentativa de transformação das Assembleias de Freguesia em órgãos passivos, que apenas realizam reuniões ordinárias e onde procuram reduzir o espaço para a discussão dos verdadeiros problemas das freguesias e das suas populações.

Neste quadro merece particular destaque a situação da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória. O clima de guerrilha vivido é público e por demais evidente – retirada de pelouros ou sua renúncia por parte de anteriores responsáveis, acusações mútuas frequentes e suspeições pessoais, acentuada paralisação de actividades, continuado adiamento de decisões sobre graves problemas financeiros e, até, criação de sentimentos de frustração e/ou de medo em muitos funcionários da Junta de Freguesia.

Para chegar a este estado de coisas, não só contribuíram as inúmeras irregularidades que têm vindo a ser praticadas por aquele Executivo, com destaque para as “trapalhadas” em que o seu presidente se envolveu, como também o apoio político ou, no mínimo, a complacência que tal Executivo tem tido por parte das forças políticas que, desde o início do mandato, foram responsáveis activos pela sua formação e manutenção em funções – a coligação Rui Moreira/CDS/PS. Assim, exige-se a estas forças políticas, únicas responsáveis pela situação criada, que sejam coerentes com o que têm afirmado ultimamente, promovendo de facto uma solução política alternativa e sustentável que reponha rapidamente a normalidade democrática na Junta de Freguesia.

Em síntese, depois da gestão anterior de Rui Rio e da coligação PSD/CDS ter “batido os recordes” de autoritarismo, de prepotência, de postura antidemocrática, de desrespeito pelos

órgãos eleitos, de hostilização de grande parte das forças sociais da cidade, é caso para dizer que dificilmente seria possível fazer igual ou pior. Nesta perspectiva, fica fácil notar que não é complicado à coligação Rui Moreira/CDS/PS no actual contexto projectar uma imagem de mudança de estilo.

A CDU não confunde simpatia com novas políticas e, à luz das decisões tomadas, não pode tirar outra conclusão que não seja a de que as declarações de mudança não tiveram tradução em alterações substanciais de políticas no que toca a aspectos essenciais para a vida dos portuenses.

Nota final

A CDU tem sido e vai continuar a ser uma força política com quem os portuenses podem contar, nas instituições e fora delas, para trabalhar e lutar por uma vida melhor. É assim nas autarquias, mas também na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

No quadro da batalha das próximas eleições legislativas, o reforço da CDU em votos e mandatos é condição fundamental para derrotar estas políticas e este governo e concretizar a necessária e inadiável alternativa patriótica e de esquerda.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo dar força à exigência de um política que lhes devolva o direito à plena realização das suas vidas e que faça a afirmação do direito soberano de decidir de acordo com os seus interesses e aspirações.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo romper com o ciclo de governos da política de direita e dar corpo a uma solução política, a um governo patriótico e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

A alternativa é possível com o significativo reforço da influência da CDU. Quantos mais votos e Deputados tiver a CDU, mais peso terá uma política de esquerda, mais força terão os que aspiram a uma verdadeira mudança.

Este é um processo de ruptura e mudança que a CDU propõe aos portuenses e a todos os portugueses, com um Portugal mais justo, soberano e desenvolvido no horizonte.

Junta de Freguesia de Sto. Ildefonso, 23 de Maio de 2015

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto